



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6898 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

REFORMA CURRICULAR PAULISTA E DECORRÊNCIAS NA ATUAÇÃO DOS PROFESSORES: UMA ANÁLISE DA PERCEÇÃO DOCENTE

Daiani Vieira Ortega - UNESP - Presidente Prudente/FCT- Universidade Estadual Paulista

Silvio Cesar Nunes Militão - UNESP - Marília / FFC - Universidade Estadual Paulista

Agência e/ou Instituição Financiadora: NÃO

REFORMA CURRICULAR PAULISTA E DECORRÊNCIAS NA ATUAÇÃO DOS PROFESSORES: UMA ANÁLISE DA PERCEÇÃO DOCENTE

Este trabalho resultou de uma pesquisa de Mestrado, recentemente concluída, que objetivou analisar o processo de implementação da reforma curricular advinda do Programa São Paulo Faz Escola (PSPFE) no estado de São Paulo (2008-2018) e suas decorrências no trabalho docente, a partir da percepção de professores de uma escola estadual paulista, sendo orientada pela seguinte questão de pesquisa: como a referida proposta foi implementada em uma escola do oeste paulista e quais seus desdobramentos na atuação docente.

Para tanto, foi assumida a abordagem qualitativa de pesquisa (CHIZZOTTI, 1991), do tipo estudo de caso (ANDRÉ, 2008; YIN, 2005). A opção pela abordagem qualitativa justifica-se por permitir a compreensão da complexidade e das contradições de fenômenos singulares ao considerar o dinamismo das relações entre a realidade e o sujeito e a “interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (CHIZZOTTI, 1991).

A definição pelo estudo de caso, por sua vez, deve-se ao fato dele possibilitar o contato com diversas evidências, como documentos, entrevistas, observações de fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto (YIN, 2005). Além disso, através dele focalizamos uma situação e a descrevemos de forma densa, iluminando a compreensão sobre o fenômeno estudado, podendo “[...] revelar a descoberta de novos significados, estender a experiência do leitor ou confirmar o já conhecido” (ANDRÉ, 2008, p. 18).

A coleta de dados centrou-se na análise documental e em entrevistas semiestruturadas com nove professores de uma escola estadual localizada em um município de pequeno porte

populacional do interior do estado de São Paulo, os quais vivenciaram o advento da reforma curricular paulista.

Os dados empíricos foram tratados minuciosamente, atentando-se aos sentidos das frases e das palavras e agrupados em unidades categoriais considerando os critérios definidos por Bardin (2008) de exclusão mútua, pertinência e produtividade.

Com base nesses critérios, definimos as seguintes categorias: Trabalho docente antes da reforma; Processo de implementação da reforma curricular; Implicações da reforma no cotidiano escolar; e Autonomia docente, apresentadas, analisadas e discutidas na sequência.

Na categoria “Trabalho docente antes da reforma” abordou-se a percepção docente em relação ao trabalho pedagógico realizado por eles no período anterior a implementação do PSPFE. As falas indicaram que no período anterior à reforma, por controlar o seu saber fazer, ser livre para tomar decisões e conhecer as diversas necessidades de aprendizagem que se apresentavam em cada turma, o professor assenhorava-se daquele espaço, a sala de aula, com propriedade e confiança para desempenhar a sua função.

A busca pela contextualização do currículo era considerada no planejamento dos professores, corroborando com Paro (2007), que ressalta que conhecer a realidade do aluno e o contexto socioeconômico-cultural em que a escola está inserida é o ponto de partida para o oferecimento do conhecimento sistematizado que conduza a um processo significativo de aprendizagem.

A categoria seguinte, “Processo de implementação da reforma curricular”, voltou-se ao entendimento da participação ou não dos professores na formulação da reforma curricular e como tal política estadual foi recebida pelo grupo da escola cenário da pesquisa. Encontramos nas falas dos sujeitos da pesquisa fortes evidências de que a participação foi limitada às pesquisas no site da Secretaria de Estado da Educação (SEE). A apresentação do PSPFE foi associada à chegada dos primeiros materiais à escola. Vimos que, de início, apesar das características prescritivas, a imagem inicial era de um material flexível, passível de modificações e adaptação, como o livro didático. Entendemos que nesse primeiro momento, apesar da frustração causada pela falta de participação nos processos de decisão na formulação dessa política, os professores ainda não podiam imaginar todo o aparato que estava sendo montado para garantir a efetivação da política e, portanto, a rejeição à mesma ainda era menor.

Na categoria “Implicações da reforma no cotidiano escolar” a intenção foi identificar o que mudou no cotidiano escolar com a implementação da reforma. O material que mais gerou implicações no cotidiano docente foi o “caderno do aluno”. Além da dificuldade de entender a metodologia proposta no mesmo, a quantidade de conteúdos a serem trabalhados por bimestre também causou um grande desconforto no grupo. É evidente que, mesmo sem a clareza acerca de todos os mecanismos da reforma, os professores passaram a se sentir vigiados e obrigados a cumprir as determinações da SEE.

Carvalho e Russo (2012) encontraram evidências de que a recusa dos professores não é por consciência a respeito da concepção de educação e currículo. Parte desse estranhamento em relação ao “caderno do aluno” está associado à forma como o mesmo chegou às escolas sem que um estudo/ capacitação prévia fosse oferecida para a condução do trabalho docente. Já em nosso *locus* de pesquisa encontramos professores que relacionam a dificuldade em trabalhar com os materiais do SPFE com a inadequação da concepção de educação do material à realidade do aluno.

Depreendemos que a diferença de concepções de ensino, da reforma e dos

professores, é o principal fator da rejeição dos docentes ao material do PSPFE, de forte viés construtivistas. Os professores não acreditam que o trabalho com o desenvolvimento das competências condiz com a realidade da sala de aula e têm convicção de que os baixos resultados educacionais obtidos são resultado direto da concernente fragilidade da proposta curricular paulista.

Por fim, a categoria “Autonomia docente” analisa a percepção do professor em relação a sua autonomia na ação educativa. Partimos do pressuposto que a reforma curricular, formulada sem a participação docente e implementada sem considerar os contextos locais, poderia limitar a autonomia docente, reduzir a reflexão e a consciência do professor sobre o seu trabalho e capacidade de resistência docente.

A cobrança excessiva para que os materiais do PSPFE fossem utilizados pelos professores produziu a percepção de que a experiência anterior ao currículo não foi respeitada e o sentimento de desprofissionalização causou impactos no trabalho docente. Conforme pontuam Carvalho e Russo (2012), tratam-se de consequências diretas desse tipo de regulação que passou a vigorar com a reforma curricular.

Por mais que certas representações de passividade e submissão a tudo que é estabelecido predominem há séculos, não foi essa realidade que encontramos. A resistência, um claro dinamismo na busca por outras alternativas e o uso da criatividade são evidentes na prática da maioria dos sujeitos da pesquisa.

As formas de resistência, encontradas na realidade pesquisada, mostram-nos que o trabalho docente não é apenas determinado normativamente e, muitas vezes, as tentativas de normatizar todo o processo de ensino aprendizagem (o que ensinar, como ensinar, como avaliar) acaba conduzindo à insubordinação e ao descumprimento das regras (LIMA, 2001). Nas falas dos sujeitos de nossa pesquisa ficou claro que as etapas percorridas entre a concepção, a chegada dos materiais à escola e a sua execução foram marcadas por uma série de alterações.

Constatamos que a verticalidade na tomada de decisão e o silenciamento imposto aos principais atores da ação educativa, apresentaram-se entre os fatores de repulsão à essa política. “Esta desvalorização vem do fato da não construção coletiva da proposta, evidenciando que especialistas em educação são outros que não os professores atuantes nas salas de aula das escolas públicas estaduais” (CAPALBO, 2010, p.72).

Ao abafar a voz do professor e ignorar a sua experiência, questiona-se a própria competência deste. Os reformistas não valorizaram que é o docente quem conhece o aluno e a realidade que o cerca, cabendo a ele a construção de um currículo contextualizado e que garanta uma aprendizagem significativa para os discentes. Isso não pode ser retirado do professor.

No entanto, é perceptível que a reforma trouxe muitas transformações à prática docente. O caráter prescritivo dos materiais fez com que os professores se sentissem obrigados a trabalhar com uma concepção de ensino que negava seus preceitos e ignorava seu saber - fazer. O material reforçava a formação de um sujeito adaptável às demandas do mercado, expectativa não compartilhada pelo grupo de professores que, ao contrário, buscava a formação integral dos alunos. Concluímos que, apesar da força inegável dessa política, os participantes da pesquisa não são meros reprodutores do currículo prescrito pela SEE. Pelo contrário, deram novos significados aos materiais do SPFE, adequando-os conforme suas convicções pedagógicas.

Apesar de algumas características dos materiais os isolarem, dificultarem a

interdisciplinaridade e a construção do trabalho coletivo, os professores criaram estratégias de resistência e construíram um trabalho criativo, fugindo das amarras da racionalidade técnica imposta pela reforma.

Palavras-chave: Reforma curricular paulista. Percepção docente. Estado de São Paulo.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber livro Editora, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: 2008.

CAPALBO, Roberta Braga. **Política Pública de Educação e Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Percepções sobre a eficácia**. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado) – PUC, São Paulo, 2010.

CARVALHO, C. RUSSO, M. Educação, regulação e políticas educacionais: o contexto paulista. **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, n. 29, p. 135-150, set./dez. 2012.

CHIZZOTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**, 4. ed. - São Paulo: Cortez, 2000.

LIMA, Licínio C. **A escola como organização educativa : Uma abordagem sociológica**. São Paulo, Cortez, 2001.

PARO, V. H. As funções da escola, a estrutura didática e a qualidade do ensino. In: PARO, V. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática. 2007, p. 33- 81.

YIN. R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.